

Medidas novas pressionam contas do país em 0,6% do PIB

Descer o IRS em 500 milhões de euros e aumentar o investimento em defesa pesam cerca de 1,7 mil milhões de euros. O Governo garante que execução não volta ao vermelho. ECONOMIA 10 e 11

PROGRAMA DO GOVERNO

Novas medidas pressionam contas em 0,6% do PIB

Redução de IRS e reforço da despesa militar vão pesar 1,7 mil milhões de euros nas contas. Governo garante excedente este ano, apesar dos alertas. Receita extra da banca pode ajudar.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Descer o IRS em 500 milhões de euros e reforçar o investimento militar para cumprir a meta da NATO já este ano vão pressionar as contas públicas em 0,6% do PIB, cerca de 1,7 mil milhões de euros. O Governo exclui um regresso ao défice, mas as instituições duvidam e apontam para uma margem orçamental muito estreita. Dividendos inesperados do Novo Banco podem ajudar.

“O país vai ter um excedente orçamental, a menos que aconteça algo absolutamente inesperado, quase ao nível de uma pandemia”. A garantia é de Joaquim Miranda Sarmento, em entrevista à SIC/Expresso. O ministro das Finanças respondia a dúvidas sobre como poderá o Governo manter um saldo positivo, após anunciar novas medidas de redução de impostos e aumento de despesa, num ano em que a maioria das instituições alerta para uma margem orçamental muito reduzida.

Ora, as duas novas promessas para este ano valem juntas cerca de 0,6% do PIB, quando o Governo estima um excedente de sensivelmente metade desse valor: 0,3% do PIB

ou cerca de 800 milhões de euros.

A descida do IRS até ao 8.º escalão de rendimentos tem um impacto de 500 milhões. A ideia é que entre em vigor em setembro ou outubro, com efeitos retroativos a janeiro, replicando o modelo do ano passado, disse Miranda Sarmento. Assim, a medida terá um impacto direto nas contas ainda este ano de cerca de 0,2% do PIB.

Se este alívio fiscal parece acomodável – ainda restaria uma margem de 0,1% para manter excedente – o mesmo já não se aplica ao aumento da despesa com a defesa. No discurso de tomada de posse, o primeiro-ministro prometeu antecipar a meta da NATO para este ano, em vez de 2029, como estava previsto no programa de Governo e no Orçamento do Estado (OE) para 2025. O compromisso implica aumentar a des-

pesa militar para 2% do PIB.

Só que, em 2024, Portugal gastou 1,58% do PIB em defesa (cerca de 4,5 mil milhões de euros), segundo dados do Governo, em linha com a última estimativa da NATO (1,55%). Para cumprir a nova meta, será preciso um acréscimo de 0,4% do PIB, cerca de 1,2 mil milhões de euros, já este ano.

Como garantir esse reforço sem comprometer o saldo orçamental? Na mesma entrevista, Miranda Sarmento diz que há “um plano que permite acomodar o aumento”, assente na “gestão orçamental, que tem flexibilidade e instrumentos”. Para alcançar os 2%, a despesa total com defesa terá de subir para cerca de 5,5 mil milhões este ano. Contudo, no Programa Orçamental da Defesa estão pouco mais de três mil milhões de euros. Ainda assim, outras verbas re-

500 MILHÕES

A redução de IRS prometida pelo Governo ainda este ano valerá 500 milhões de euros, ou cerca de 0,2% do PIB.

2% PIB

Atingir a meta da NATO este ano implica um reforço da despesa com defesa de cerca de 1,2 mil milhões de euros (0,4% do PIB).



O Governo tem reiterado, em sucessivas declarações, o compromisso com

levantes contam como despesa militar, como os 341 milhões do Programa Orçamental das Finanças destinados à defesa.

Luís Montenegro assegura que o reforço não será feito à custa dos serviços sociais, nem das contas públicas. “Vamos gerir o país de forma a conciliar todos estes interesses”, afirmou, afastando também um orçamento retificativo. Disse que o aumento será feito “com as disponibilidades do Ministério das Finanças”. O ministério tem ainda uma reserva orçamental de 500 milhões para imprevistos.

Receita inesperada com banca pode ajudar

O Governo poderá contar com receita extra proveniente de participações estatais na banca, que não estava inicialmente orçamentada. Em causa estão quase 500 milhões de euros adicionais.

A Caixa Geral de Depósitos vai pagar 178 milhões de euros em IRC,

que não estavam previstos, além dos 671,5 milhões de dividendos já inscritos no OE. E o Novo Banco, que vai distribuir 1,3 mil milhões em dividendos, canalizará 325 milhões para o Estado: cerca de 180 milhões para o Fundo de Resolução (que integra as contas públicas) e 145 milhões para o Tesouro. O Orçamento do Estado não previa qualquer receita do Novo Banco.

Aliás, o ministro das Finanças admitiu mesmo que esta receita possa ajudar as contas públicas: “Os dividendos ajudam o exercício orçamental, mas, como qualquer outra receita, financiam o bolo da despesa e as escolhas que são feitas nesse bolo”, disse Miranda Sarmento, ao Expresso.

Por outro lado, se a economia crescer mais do que o esperado, haverá ainda receita adicional. O Governo reviu a meta de crescimento de 2,1% para 2,4%, mas parece “pouco prudente” contar com esse cenário, já que a maioria das insti-



is excedentes orçamentais.

tuções não vai além dos 2%, sobretudo após a contração no primeiro trimestre e o impacto das tarifas.

Instituições alertam para pouca margem

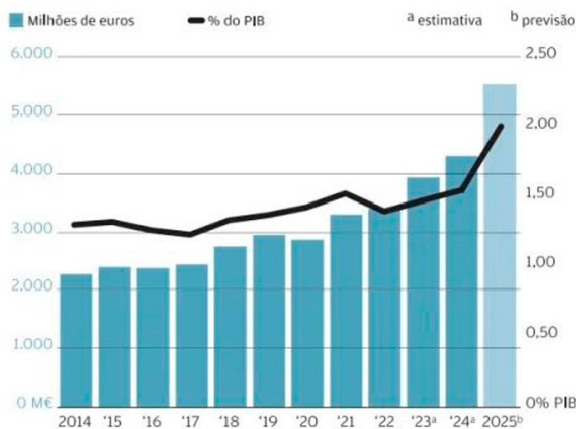
Outra questão que pesa nas contas de Miranda Sarmento é o ponto de partida. Num cenário de políticas invariantes, as instituições antecipam excedentes orçamentais bastante mais baixos e alertam para a margem diminuta. O Banco de Portugal, por exemplo, já prevê um défice de 0,1% este ano (cerca de 250 milhões de euros). Contudo, estas projeções não consideram a receita extra da banca.

A Comissão Europeia também lançou um aviso, partilhado pelo Conselho das Finanças Públicas e pelo banco central: mesmo que o saldo se mantenha equilibrado, há risco de Portugal violar a meta da despesa líquida – o novo indicador-chave das regras orçamentais europeias. ■

CUMPRIR META FAZ DISPARAR DESPESA

Evolução da despesa militar em Portugal, em milhões de euros e em % do PIB, 2014-2025

Para que Portugal cumpra a meta da NATO este ano, como prometido pelo Governo, a despesa com defesa terá de subir de 1,6% do PIB para 2%. É um salto elevado, de cerca de 1,2 mil milhões de euros, e seria o primeiro crescimento desta dimensão desde 2014.



Fonte: NATO e Programa do Governo

Governo dá mais um ano para alargar conta-corrente com empresas

Governo deu mais um ano para para que toda a administração pública tenha uma conta-corrente com as empresas avance.

O Governo adiou por um ano a proposta para criar uma conta-corrente alargada para as empresas, passando o prazo máximo para 2030. A iniciativa consta do Programa do Governo que passou na Assembleia da República quarta-feira passada, depois de chumbada a moção de rejeição do PCP.

No texto do Programa é proposta a “implementação, até 2030, no âmbito de toda a administração pública, a conta-corrente de empresas com o Estado.” A medida surge no âmbito do “apoio à tesouraria das empresas nacionais”.

Ora, no programa eleitoral apontava-se para um prazo mais curto de implementação da medida. O documento refere que se pretende “implementar, até ao final da legislatura, no âmbito de toda a administração pública, a conta-corrente de empresas com o Estado.”

A conta-corrente – para famílias e empresas – já existe desde 2022 prevendo-se a extinção de dívidas fiscais por contrapartida de créditos tributários que tenham sobre o Estado. A ideia é que seja alargado o âmbito deste mecanismo para as empresas. Atualmente aplica-se a retenções na fonte, tributações autónomas, reembolsos de IRS, IRC, IVA, impostos especiais sobre o consumo, IMI, Adicional ao IMI, IMT, Imposto do Selo, IUC e ISV. O pedido é feito pelo contribuinte por via eletrónica e o Fisco tem 10 dias para decidir.

Porquê a demora?

A medida, há muito reclamada pelas empresas para aliviar pressões de tesouraria, seria agora alargada a todos os organismos da administração pública e não apenas à Autoridade Tributária, não sendo detalhados os serviços que poderão ser incluídos no futuro.



O alargamento implicará começar por identificar todas as entidades em que tal conta-corrente poderá ser implementada.

TERESA PALA SCHWALBACH
Sócia do departamento de Fiscal da Sérvulo

“O alargamento deste mecanismo implicará, desde logo, começar por identificar-se todas as entidades do Estado em que tal conta-corrente poderá ser implementada”, sublinha Teresa Pala Schwalbach, sócia do departamento de Fiscal da Sérvulo, ao Negócios. A especialista sublinha que em seguida “será necessário sistematizar os valores (como taxas, preços, etc.) que cada uma cobra para concluir-se todos poderão ser incluídos nesta conta-corrente.”

Há ainda a questão de ser necessária a partilha de informação entre diferentes entidades públicas – que neste “momento não partilham informação”, lembra Teresa Schwalbach – e que exigiria grande interligação entre os sistemas.

Uma vez determinado o conteúdo a inserir em tal conta-corrente, a mesma poderá implicar a partilha de informação entre diferentes entidades públicas (que, neste momento, não comunicam), com eventual integração dos seus sistemas informáticos num elevado grau de interoperabilidade técnica. “Tal integração/interoperabilidade exige investimentos significativos em sistemas de autenticação forte e garantias de privacidade de dados”, acrescenta Teresa Schwalbach. ■

PAULO RIBEIRO PINTO